

FUNDADORES:

Prefeito ALIM PEDRO
Procurador Geral GUSTAVO PHILADELPHO AZEVEDO

DIRETOR RESPONSÁVEL:

Procurador Geral — JOSÉ EMYGDIO DE OLIVEIRA

DIRETOR EXECUTIVO

GUSTAVO PHILADELPHO AZEVEDO

REDADORES SECRETÁRIOS:

BENEDICTO DE AZEVEDO BARROS
JÓLIO DE SALLES

REDADORES ESPECIAIS:

ELMANO CRUZ
AGUIAR DIAS
GOULART PIRES

COLABORAM NESTE NÚMERO:

OSCAR SARAIVA

FRANCISCO PEREIRA DE BULHÕES CARVALHO
ROMÃO CÔRTEZ DE LACERDA
ELMANO CRUZ
ROBERTO LYRA
AFRÂNIO DE CARVALHO
IVAN LINS
OSWALDO GOULART PIRES
J. OLIVEIRA E SILVA
GERALDO TAVARES DE MELLO
BENEDICTO BARROS
MANOEL DE CASTRO CERQUEIRA
AMILCAR LAURINDO RIBAS
ANTONIO VIEIRA DE MELLO
LUIZ MONTEIRO SALGADO LIMA
JÓLIO DE SALLES
JOSÉ LOPES TAVEIRA
JOSÉ GOMES BEZERRA CÂMARA
GUSTAVO PHILADELPHO AZEVEDO

ENCARREGADO DO EXPEDIENTE:

C. A. SHOLL FERREIRA

As opiniões assinadas são de responsabilidade exclusiva de seus autores.

SUMÁRIO

DOCTRINA	PÁGS.
Constitucionalização da administração pública — OSCAR SARAIVA	1
Posturas municipais em face do direito de vizinhança — FRANCISCO PEREIRA DE BULHÕES CARVALHO	9
Observações sobre a aposentadoria dos servidores públicos no regime da Constituição de 1946 — ROMÃO CÔRTEZ DE LACERDA	40
A lei de executivos fiscais, e suas modificações — ELMANO CRUZ	50
Influência da aprovação das contas sobre a responsabilidade penal do Prefeito — ROBERTO LYRA	54
Propriedade dos bens da concessão — AFRÂNIO DE CARVALHO	63
Necessidade de um Código de Contabilidade Pública peculiar ao Distrito Federal — IVAN LINS	128
Uso e abuso no mandado de segurança — OLIVEIRA E SILVA	133
Usufruto e fideicomisso — OSWALDO GOULART PIRES	137
A intervenção no Distrito Federal em 1937 — IRINEU MACHADO	146
Interinidade e efetivação. Aspectos que sugerem o estudo da matéria à luz da doutrina e jurisprudência. Situação do servidor interino em face da realização do concurso — GERALDO TAVARES DE MELLO	205
As certidões e sua expedição na órbita municipal — BENEDICTO BARROS	210
ACÓRDÃO E SENTENÇAS	
I — SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	
— Criação e extinção de cargos. Iniciativa das leis. Competência. Representação do Procurador Geral da República	215
II — TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS	
— Mandado de segurança. Prazo de decadência. Comentário — MANOEL DE CASTRO CERQUEIRA	241
— Servidão administrativa. Proteção aos monumentos tombados pelo Patrimônio Histórico Nacional. Comentário — AMILCAR LAURINDO RIBAS	244
— Funcionário público. Os vencimentos dos federais não podem ser inferiores aos dos estaduais. Incompetência do Judiciário. Comentário — OSWALDO GOULART PIRES	262
III — TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL	
— Contrato de direito público. Cláusula de preferência. Nulidade. Vulneração ao regime de concorrência pública. Comentário — AMILCAR LAURINDO RIBAS	275
— Coisa julgada. Autoridade e revogação. Equiparação de situações funcionais. Comentário — OSWALDO GOULART PIRES	285
— Contrato de direito público. Destinação específica do bem público. Inaplicável a legislação civil do inquilinato. Comentário — OSWALDO GOULART PIRES	301

	PÁGS.
— Funcionário público. Não se reveste da qualidade de cidadão para fugir à punição decorrente de censura contumeliosa a superior hierárquico. <i>Comentário</i> — ANTÔNIO VIEIRA DE MELLO	304
— Concurso. Observância da ordem de classificação. <i>Comentário</i> — LUIZ MONTEIRO SALGADO LIMA	308
— Magistério municipal. Direito a quinquênio conferido pela lei 761. Interpretação do preceito pela jurisprudência. <i>Comentário</i> — JOSÉ DE SALLES	314 e 321
— Imposto de transmissão nos inventários por desquite. Reposição na partilha. Autonomia do Direito Fiscal. <i>Comentário</i> — JOSÉ LOPES TAVEIRA	331
— Mandado de segurança. Descabe quando visa obstar o cumprimento de um preceito legal. Tráfego de veículos auto-motores na ilha de Paquetá. Medida de proteção paisagística. <i>Comentário</i> — JOSÉ GOMES BEZERRA CÂMARA	339
— Desapropriação no interesse do particular. Nulidade do ato. Proteção aos clubes desportivos. <i>Comentário</i> — GUSTAVO PHILADELPHO AZEVEDO	343
— Ocupação de prédio desapropriado. Precariedade. <i>Comentário</i> — AMILCAR LAURINDO RIBAS	361

PARECERES ADMINISTRATIVOS

Tarifas. Revisão. Competência. Concessão de serviços públicos — POVINA CAVALCANTI	364
Concessionário de serviço público. Posição em face do Estado — JOSÉ DE MIRANDA VALVERDE	370
Concessão municipal. Construção de prédio pelo concessionário para exploração durante trinta anos. Reversão — MAURÍCIO DE LACERDA	373
Desmembramento. Remissão de aforamento. Situações anteriores ao Código de Obras de 1937 — ROBERTO PINTO FERNANDES	386
Enfiteuse. Direito de opção. Remissão de aforamento — ALDO SANT'ANNA DE MOURA	388 e 391
Enfiteuse. Condomínio. Parte remida, parte foreira — IVENS DE ARAUJO	392
Bem público. Aforamento. Lagoa Rodrigo de Freitas — JOSINO DE MEDEIROS	397
Contrato de obra pública. Revisão de preço. Cláusula <i>rebus sic stantibus</i> . Elevação do índice mínimo salarial — OSWALDO DE MIRANDA FERRAZ	401
Obra pública. Contrato misto de preço global e preços unitários — OSWALDO DE MIRANDA FERRAZ	406
Desapropriação. Concessão de serviço público. Mercado Municipal — BARBOSA LIMA SOBRINHO	408
Imposto de transmissão de propriedade. Benfeitorias de terceiro — JOSÉ SABOIA VIRIATO DE MEDEIROS	412
Imposto causa-mortis. Imunidade de instituição de assistência social quanto a legado de coisa certa — LEOPOLDO BRAGA	414
Tributos. Sua natureza em face das leis e da doutrina. Impostos, taxas e contribuições especiais — LEOPOLDO BRAGA	432
Tapume em logradouro público. Imposto, e não emolumento — CARLOS DA ROCHA GUIMARÃES	434
Imposto de indústrias e profissões. Sociedades seguradoras. Base do prêmio — CARLOS DA ROCHA GUIMARÃES	436
Usufruto. Imposto pela sua instituição. Base no valor locativo — CARLOS DA ROCHA GUIMARÃES	439
Justiça do Trabalho. Incompetência de fóro. Notificação à Prefeitura — NELSON GUIMARÃES BARRETO	441
Responsabilidade civil. Condenação judicial da Fazenda. Prestações vincendas. Pagamento mensal em guichet — NELSON GUIMARÃES BARRETO	441

	PÁGS.
Estádio Municipal do Maracanã. Cadeiras cativas — OSWALDO DE MIRANDA FERRAZ	443
Apólice municipal. Pagamento de dívidas. Precatório judicial — BARBOSA LIMA SOBRINHO	456
Subvenção. Prestação de contas. Fundação Leão XIII — MANUEL DE CARVALHO BARROSO	458
Prazo. Contagem na órbita administrativa — GENOLINO AMADO	460
Veículo pertencente a Território Federal. Licenciamento no Distrito Federal — ALDO SANT'ANNA DE MOURA	461
Comércio. Açougue e mercearia. Dupla fiscalização: Prefeitura e C.O.F.A.P. — CARLOS ROCHA MAFRA DE LAET	465
Obra clandestina. Legalização. Prova de domínio — RAUL LINS E SILVA FILHO	466
Construções clandestinas. Legalização — ROBERTO PINTO FERNANDES	469
Licença de construção. Inobservância. Penalidade. Mais valia — IVENS DE ARAUJO	472
Licenciamento de obra. Preceito regulamentar e conveniência pública — MANUEL DE CARVALHO BARROSO	476
Zoneamento. Formação de unidades por loteamento e urbanização — GUSTAVO PHILADELPHO AZEVEDO	480
Alinhamento. Recuo e investidura. Processamento — MANUEL DE CARVALHO BARROSO	484
Alinhamento. Investidura — JOSÉ DE MIRANDA VALVERDE	486
Previdência social. Montepio dos Empregados Municipais. Contribuição. Natureza. Obrigatoriedade — LUIZ MONTEIRO SALGADO LIMA	489
Vencimento. Direito do funcionário ao vencimento do cargo — GERALDO TAVARES DE MELLO	492
Cargo público. Concurso. Provimento — JOSÉ EMYGIDIO DE OLIVEIRA	499
Acumulação. Verificação dos requisitos constitucionais — GILSON AMADO	501
Função pública. Desvio de seu exercício — WALTER SANTOS	508
Despachante municipal. Aposentadoria — MILTON JOSÉ RAULINO MÜLLER	505
Funcionário público e profissional liberal. Exercício cumulativo. Restrições. — LINO NEIVA DE SÁ PEREIRA	506
Desacumulação. Leis municipais reparadoras — NELSON DE AZEVEDO BRANCO	508
Egressos de hospitais. Proteção. Aproveitamento nos quadros funcionais — PAULO MACEDO REGO	510
Instituto de Educação. Exame oral — NELSON DE AZEVEDO BRANCO	512
Instituto de Educação. Renovação de matrícula — GENOLINO AMADO	513
Instituto de Educação. Requisito de nacionalidade para matrícula — JOSÉ EMYGIDIO DE OLIVEIRA	515
Trânsito e tráfego. Campanha educativa — ANTÔNIO VIEIRA DE MELLO	515

PODER EXECUTIVO

I — GABINETE DO PREFEITO

— Serviços jurídicos. Reorganização. Absorção, pela Procuradoria geral, do Departamento do Contencioso Fiscal e da Procuradoria de Desapropriações. Reestruturação do pessoal técnico. <i>Mensagem 42/55</i>	523
— Cargo público. Criação pelo Legislativo sem prévia provocação do Executivo. Provimento sem concurso. <i>Razões de veto</i>	537

II — PROCURADORIA GERAL

— Contribuição de melhoria. Comissão designada para estudar sua arrecadação no Distrito Federal. <i>Relatório e ante-projeto</i>	549
----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

III — SECRETARIA GERAL DE FINANÇAS

<i>Departamento da Renda Mercantil</i>	PÁGS.
— Livros comerciais. Escrituração. <i>Ordem de Serviço n.º 16/55</i>	570
— Consultas sobre impostos	570

CAMARA DO DISTRITO FEDERAL

Compatibilidade da postulação de interesse funcional de Vereador, em instituto de previdência social e mandato eletivo no Legislativo do Distrito Federal. Parecer da Comissão de Justiça. Relator o Vereador COTRIM NETO	583
---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	-----

TRIBUNAL DE CONTAS DA P. D. F.

Exercício do controle legislativo. Voto do Ministro JOÃO LYRA FILHO	588
Apreciações à lei orçamentária para 1956. Voto do Ministro IVAN LINS	594
Concorrência pública. Dispensa. Parecer do Procurador PAULO FILHO	611

CONSELHO DE RECURSOS FISCAIS

Imposto predial. Isenção a jornalista profissional	613
Aquisição de imóvel. Transferência na Prefeitura. Prazo	635
Imposto predial e territorial. Isenção não abrange taxas de serviços municipais	627
Imposto de vendas e consignações. Mercadorias transferidas	629
Concessionário de serviço público. Não está isento da taxa de serviços municipais criada pelo Decreto-lei n.º 244	616

ASSUNTOS DE INTERESSE GERAL

<i>Patrimônio do Distrito Federal:</i>	
— Carta da Sesmaria de Estácio de Sá	638
— Carta da Sesmaria dos Sobejos	643
— Carta da Sesmaria de Campo Grande	646

LEGISLAÇÃO

Direito Civil

Lei de Introdução ao Código Civil	649
Do Direito das Sucessões (Código Civil — arts. 1572 a 1625)	652
Das disposições testamentárias (Código Civil — arts. 1664 a 1745)	657
Do Inventário e da Partilha (Código Civil — arts. 1770 a 1805)	664
Da organização e proteção da Família (arts. 17 e 18 do Decreto-lei n.º 3.200, de 19 de abril de 1941)	667
Da subrogação de imóveis gravados ou inalienáveis (Decreto-lei n.º 6.777, de 8 de agosto de 1944)	668
Dispositivos alterados do Código Civil na parte sucessória (Decretos-lei ns. 8.207, de 22 de novembro de 1945, e 9.461, de 15 de julho de 1946)	668
Do reconhecimento de filhos ilegítimos (Lei n.º 883, de 21 de outubro de 1949)	669
Dos depósitos dependentes de autorização judicial (Lei n.º 1.869, de 27 de maio de 1953)	670
Dispositivos alterados do Código de Processo Civil (Lei n.º 2.816, de 6 de julho de 1956)	670
Circulares da Corregedoria da Justiça do Distrito Federal pertinentes ao processamento de inventários	671

Direito Fiscal (impôsto causa-mortis)

PÁGS.

Decreto n.º 2.800, de 19 de janeiro de 1898	673
Lei n.º 2.524, de 31 de dezembro de 1911	681
Decreto n.º 1.787, de 2 de janeiro de 1917	681
Decreto n.º 3.406, de 31 de dezembro de 1930	686
Decreto n.º 4.613, de 2 de janeiro de 1934	688
Decreto n.º 5.449, de 18 de março de 1935	696
Decreto n.º 5.458, de 20 de março de 1935	697
Decreto n.º 121, de 14 de novembro de 1936	697
Decreto-lei n.º 244, de 4 de fevereiro de 1938	698
Decreto-lei n.º 351, de 24 de março de 1938	699
Decreto-lei n.º 665, de 2 de setembro de 1938	701
Decreto-lei n.º 1.548, de 29 de agosto de 1939	702
Decreto-lei n.º 1.549, de 29 de agosto de 1939	702
Decreto-lei n.º 2.110, de 5 de maio de 1940	703
Decreto-lei n.º 2.224, de 23 de maio de 1940	703
Decreto-lei n.º 3.303, de 6 de dezembro de 1945	706
Decreto-lei n.º 9.626, de 22 de agosto de 1946	706
Lei n.º 145, de 22 de outubro de 1948	713
Decreto n.º 10.996, de 18 de outubro de 1951	713
Ordem de Serviço n.º 4, da S.G.F., de 25 de julho de 1952	713
Lei n.º 764, de 29 de dezembro de 1952	714
Quadros e Tabelas	715
Tabela das taxas do imposto, vigentes para os óbitos ocorridos até 1915	715
Idem, de 1916 a 1919	716
Idem, de 1920 a 1923	717
Idem, de 1925 a 1930	718
Idem, de 1931 a 1934	719
Idem, de 1935 a maio de 1940	721
Idem, a partir de maio de 1940, até hoje vigentes	724
Tabela pertinente ao imposto devido pela sub-rogação	725
Tabela pertinente às taxas do imposto aplicáveis nos casos de instituição e extinção de usufruto e fideicomisso	726
Tabela indicativa dos graus de parentesco	727